

ARQUIVO de Beja



ISSN - 0873 - 3422

Volume XIII

Série III

Abr. 2000

**“DURA PRAXIS, SED PRAXIS”
- Relações de Poder e Moral
na Praxe Académica da Universidade de Évora**

António Manuel Revez

(Licenciado em Filosofia pela Universidade de Coimbra
Mestre em Sociologia pela Universidade de Évora)

0. NOTA INTRODUTÓRIA

Este artigo resulta da minha Tese de Dissertação de Mestrado em Sociologia - Variante Poder e Sistemas Políticos, denominada “*Dura Praxis, Sed Praxis - Relações de Poder e Moral na Praxe Académica da Universidade de Évora*”, realizada no âmbito do Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade de Évora, defendida publicamente em 2 de Dezembro de 1999, na Universidade de Évora e classificada. Esta tese teve como co-orientadores os Professores Doutores Francisco Martins Ramos e Maria José Stock.

Resumir um trabalho com mais de trezentas páginas é um inglorioso exercício auto-destrutivo, porque tudo parece essencial e *incortável*, porque as matérias e conteúdos seleccionados excluíram elementos e informações que lhe outorgavam coerência e legibilidade, porque no fim subsiste um

sabor amargo a inevitável simplificação e amputação.

Entre as diversas opções disponíveis, decidi-me por aquela que telegrafa a estrutura formal e metodológica do trabalho, sugere o conteúdo dos principais capítulos que constam da investigação, e escancara integralmente as conclusões e considerações finais da tese.

A bibliografia consultada para o trabalho também será disponibilizada na totalidade.

**1. ESTRUTURA FORMAL
E OPÇÕES METODOLÓGICAS**

A sociologia mecanicista, determinista, compartimentada, reducionista, quantitativista, questionarista, tinha desencantado o mundo social; uma sociologia refundada redescobre a complexidade, a riqueza, a beleza, a poesia, o mistério, a crueldade, o horror: a vida, a humanidade

Edgar Morin

Como a observação sociológico-antropológica é uma implacável construtora da realidade, e não uma mera transposição registadora, sem vícios nem distorções, o observador é um construtor do fenómeno em estudo, naturalmente e intrinsecamente contaminado por habituações valoradoras, convivências culturais e cicatrizes biográficas. Decorre daqui, que a “identificação dos problemas, das relações particulares entre elementos, dos conteúdos, nascem tanto da sensibilidade do investigador, com base nas experiências de vida e nas influências sociais por ele percorridas, como das perspectivas culturais específicas que são próprias da sua época: de facto, conforme forem os contextos sócio-culturais e as tradições da comunidade científica à qual pertence e consoante for a sua experiência biográfica, assim determinados aspectos poderão revelar-se a um observador mais relevantes que outros” (Crespi 1997: 219-220).

Esta condição da investigação, por causa da condição do investigador, também se repercutiu na própria estrutura formal do trabalho, desenhada nos seguintes parâmetros:

1. Capítulos de justificação e enquadramento (capítulos sobre a justificação epistemológico-metodológica; estrutura formal e opções metodológicas; enquadramento teórico do problema em estudo)

2. Capítulos de operacionalização (capítulos sobre o que é a praxe; a observação intensiva; a observação documental; praxe e poder; praxe e moral; praxe e rituais; praxe, atitudes, sentimentos e motivações; a simbólica da praxe; e considerações finais)

3. Capítulos subsidiários (capítulos sobre a praxe coimbrã e sobre a anti-praxe)

Nos capítulos de justificação e enquadramento visou-se, como do nome se supõe, justificar e enquadrar epistemológica, metodológica e teoricamente este trabalho. O capítulo sobre a justificação epistemológico-metodológica constituiu uma propedêutica geral à compreensão de toda a investigação, desde o papel e estatuto do investigador, às características do estudo, às contradições epistemológicas, a algumas opções técnicas e formais.

Os capítulos de operacionalização acompanharam os diferentes ângulos de análise do problema em estudo, discriminando as áreas onde a problemática da praxe e das relações de poder e moral se evidenciam e ganham expressão, sem esquecer a definição conceptual implicada em cada dimensão do problema e um esforço conclusivo.

Os capítulos subsidiários intentaram apoiar a investigação a dois níveis fundamentais: um esboço de análise comparada com a praxe coimbrã, onde as relações de poder e moral assumem especial pertinência e recolhem confirmação histórica; e uma atenção às reacções e resistência mais ou menos organizada à praxe académica, onde se encontram coleccionados alguns dos argumentos e testemunhos que atestam e demonstram as relações de poder e moral que existem na praxe.

Importa agora identificar, especificar e justificar outras opções metodológicas seguidas no trabalho, assim como avaliar algumas características da investigação.

A investigação realizada foi de tipo *qualitativo*, significando isto, no fundamental, a ausência de mensuração e análise estatística ou frequencial dos factos e dados observados, e a conseqüente privação da sua tradução em categorias iniciais e variáveis objectivamente identificadas e verificáveis. Significa também que a exigência metodológica da pesquisa recai sobre a compreensão hermenêutica dos comportamentos, interacções e significados vividos pelos actores e observados pelo investigador.

As representações sociais, as imagens simbólicas, as convicções, crenças e as definições que os indivíduos partilham relativamente às suas posições sociais, ao seu grupo ou à sua sociedade de pertença, são um importante elemento constitutivo dos processos de construção da realidade social.

Para a análise das representações sociais recorreu-se muitas vezes a uma metodologia específica e próxima da psicologia social; ou seja, “através de experiências feitas em laboratório, nas quais pequenos grupos diferenciados de pessoas eram colocadas perante questões ou situações artificialmente construídas” (Crespi 1997: 223). E portanto, por muito próxima que seja a relação entre as representações e as práticas sociais, a crítica da artificialidade dos resultados permanece: “les résultats expérimentaux pouvaient être critiqués sinon contestés par le fait qu’ils ne concernaient que des comportements observés en laboratoire, comportements atomisés non reliés ou non situés dans un contexte social réel (...)” (Abric (direcção) 1994: 7).

Mas as representações também podem ser aferidas por instrumentos metodológicos que

ultrapassam a análise extensiva e quantitativa, é o caso da utilização de documentos escritos (textos literários, artigos, códigos, slogans) e registos audiovisuais (entrevistas, filmes, documentários, filmagens em vídeo amador, etc).

Tanto mais que este trabalho recusou uma perspectiva epistemologicamente causalista. Ou seja, que as proposições elaboradas no âmbito das ciências sociais e humanas, “enunciam relações de reciprocidade e não de causa-efeito” (Silva e Pinto (organização) 1986: 299).

Identificar razões, indicadores, implicações, pistas, não significa o mesmo que estabelecer conexões causais entre fenómenos tão inapreensíveis objectivamente como as condutas, representações e interacções.

O trabalho efectuado, ao nível da identificação paradigmática, reconhece-se como *investigação qualitativa*, porque: o objecto de estudo é subjectivo e múltiplo; o investigador interactua com o objecto; o investigador implica-se significativamente, valorativamente com o decorrer da observação e com os resultados finais obtidos (ao nível da reflexão e avaliação críticas dos resultados).

A observação e os resultados são orientados mais para a compreensão do fenómeno em estudo do que para a sua medição e explicação quantitativas.

A investigação socorreu-se de instrumentos de observação, registo e análise variados que promovem a diversidade das fontes de informação, uma interacção significativa com os actores em estudo, e suas práticas, de forma a proporcionar uma comparação mais completa e contextualizada dos dados obtidos.

Deu-se neste trabalho especial importância à observação directa. Os fenómenos e as interacções e seus significados não são reconstituídos com base nas declarações, e verbalizações representacionais dos actores intervenientes, mas acompanhados pela observação directa intensiva, pelas marcas materiais e vivenciais e registos documentais dos que viveram directamente os acontecimentos e situações.

São múltiplas as modalidades concretas de observação. Neste trabalho experimentou-se um método de observação que se aproximou da observação participante de feição imperfeitamente etnológica (já caracterizado no capítulo sobre a justificação epistemológico-metodológica), pois a duração da observação foi relativamente curta e não permanente, apesar do observador participar em alguns momentos do *modus vivendi* dos praxistas e caloiros. Outras situações houve em que o investigador não participou da vida dos grupos em observação, mas acompanhou-os de perto, sem grelhas de observação pormenorizadas (o que mecaniza e estiola a complexidade, riqueza e dinamismo dos fenómenos sociais e culturais) e sem recorrer a métodos de observação experimental.

Vários textos fundamentais para compreensão das relações de poder e moral na praxe académica da Universidade de Évora, foram sujeitos a análise e objecto de considerações específicas.

Em vez de eleger uma única modalidade de análise de conteúdo (o que não seria adequado atendendo à diversidade e heterogeneidade formal, estilística, linguística e temática dos documentos considerados) foi

opção metodológica o cruzamento de operações analíticas, embrulhadas em comentários contextualizadores.

Dos documentos analisados, alguns são textos “oficiais” da praxe académica ebo-rense, constituem o “pensamento oficial” da mesma e transpiram opiniões, juízos de valor, atribuições, qualificações, caracterizações, prescrições, que veiculam concepções e valores morais, assim como definem e regularizam algumas das relações de poder existentes na praxe académica; outros são registos opinativos plasmados em peças jornalísticas ou textos de protocolo religioso.

Como este trabalho não visou analisar *directamente* as representações (porque *indirectamente* fê-lo na análise documental) que os actores têm das relações de poder e moral existentes no âmbito da praxe académica da Universidade de Évora, o que exigiria uma outra investigação e metodologicamente orientada noutra direcção, a preocupação fundamental incidiu sobre a identificação dos mecanismos organizacionais, rituais e simbólicos, e as práticas e as condutas (as interacções) que fossem reveladoras ou indiciadoras da existência de relações de poder e moral na praxe académica e caracterizadoras da sua natureza.

A análise da conversação, em que o investigador frequenta a gíria, os temas dominantes e recorrentes, as apreciações, qualificações, posturas, gestos, etc, neste caso, dos actores envolvidos na praxe académica da Universidade de Évora, permite recolher informação relevante sobre a natureza das interacções existentes na praxe, assim como compreender a transmissão e reprodução de modelos cultu-

rais, de regras de conduta e de moralidade. Foi o resultado dessa convivência com as práticas comunicacionais de praxistas e caloiros, que dei conta, fundamentalmente, nos capítulos de operacionalização, e, em concreto, no dedicado à observação intensiva.

Quanto à natureza do tipo de intervenção do investigador em relação ao objecto de estudo, só uma nota de clarificação técnica para sintetizar que se privilegiaram as *técnicas reactivas* em desfavor das *técnicas não-activas*, mas sem recusar estas. Por outras palavras, articulou-se a observação participante, a intervenção activa do observador na dinâmica das interações em estudo, participação na vida dos grupos estudados, próprias das técnicas reactivas, como uma atitude mais colectora e registadora, sem visíveis interferências sobre o fenómeno em estudo, típica das técnicas não-activas.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO PROBLEMA EM ESTUDO

2. 1. O problema em estudo e a pergunta de investigação

O problema em estudo neste trabalho diz respeito às relações de poder e moral na praxe académica da Universidade de Évora. Apesar da observação intensiva compreender fundamentalmente os anos de 1995 e 1996, antes e depois disso recolhi informação empírica e documental que permitiu aferir de modo mais autorizado a natureza das relações de poder e moral na praxe eborense.

A pergunta de investigação foi formula-

da da seguinte forma: *qual a natureza das relações de poder e moral na praxe académica da Universidade de Évora?*

Supôs-se, à partida, de acordo com estudos prévios e exploratórios que realizei sobre a praxe académica em geral, que existem na praxe eborense relações de poder e moral; este trabalho visou aferir a existência dessas relações e identificar e analisar a natureza das mesmas.

As relações de poder e moral podem ser atestadas ou verificadas pelas representações verbalizadas ou expressas dos actores e/ou pela suas práticas, interações e condutas. Como já foi justificado, tomei como objecto de estudo as exteriorizações comportamentais observadas, as representações expressas em vários documentos escritos, os mecanismos organizacionais da praxe, a ritualização praxística, as formas simbólicas, os testemunhos anti-praxistas, e o produto de entrevistas informais e da conversação praxística observada, que suportaram a identificação de motivações e sentimentos experimentados no âmbito da praxe, e que são reveladores das relações de poder e moral.

Este trabalho não possui pretensões historicistas, nem exaustividade diacrónica. Centra-se no período que vai desde o final dos anos oitenta até aos nossos dias, espaço temporal que é a própria vida da praxe académica eborense contemporânea.

De qualquer modo, como enquadramento histórico da praxe em geral, focalizando as relações de poder e moral, fez-se uma excursão às raízes da praxe, tomando como referência a praxe coimbrã.

2. 2. Entre o microsocial e o macrosocial: a praxe académica

Assumiu-se neste trabalho a orfandade paradigmática ou a disseminada paternidade de modelar que o caracteriza; ou seja, o descentramento das sedes teóricas que suportam explicativamente ou ilustram descriptivamente o estudo efectuado. Não chegará, para enquadrar teoricamente a praxe e as relações de poder e moral que nela ocorrem, disputar as teorias da acção social, ou explorar o lugar e a condição dos actores, ou implicar os conceitos de experiência, representação, prática, troca, negociação, jogo, estrutura, campo, valores, condutas, reprodução, legitimação, etc, sem os envolver e baralhar no cruzamento de leituras que lhes retiram a sua preferencial operatividade disciplinar. É um esforço de “desfronteirização” e de criação de um “espaço comunitário”, de cooperação e subsidiariedade conceptual, temática e problemática.

Por isso, o enquadramento teórico hesitou entre as respostas sistémicas macrosociais e de inspiração estruturalista, e as perspectivas microsociais, que enfatizam o localismo dos jogos estratégicos e a especificidade das interacções simbólicas.

A praxe académica não escapa aos efeitos globais dos processos estruturais do poder, da dominação, da socialização e da moralidade e valoração sociais, mas dinamiza igualmente realidades interactivas e axiológicas que emergem da natureza microsocial das Universidades, produtoras de costumes, práticas e rituais tradicionais, de que a praxe académica é reactualizada manifestação.

A praxe não é compreensível sem os actores que a interpretam e vivenciam, para além da análise dos elementos “estruturais” da praxe: organização, código, rituais, símbolos, é fundamental observar e reflectir como é que os actores que intervêm na praxe *jogam* esses elementos no contexto das interacções. Não se privilegiou nenhum pólo analítico da dicotomia que só o artificialismo de teor positivista contrapôs entre sociedade-instituição-estrutura e actor-conduta-interacção.

Hoje, parece consensual que se impõe, tal como propõe Alain Touraine, “a necessidade de substituir a representação da sociologia clássica por uma outra representação da vida social. Afastemo-nos, pois, das tentativas ilusórias para analisar o actor sem qualquer referência ao sistema social ou, inversamente, para descrever um sistema sem actores. A primeira, que tem como forma ideológica o liberalismo, reduz a sociedade ao mercado. (...) A segunda toma a forma não menos confusa de um sistemismo que é, frequentemente, uma forma extrema de funcionalismo (...)” (Touraine 1996: 9-10).

Se já não faz eco a sociologia *estatística* que herda o legado da positividade quantitativa, assoma-se a forma de um pensamento pós-histórico, ou seja, pós-moderno, uma sociologia da crise, da decadência e do efémero, que impossibilita o discurso sociológico como legislador ou observador científico, ou remete-o para a instrumentalização ideológica legitimatória (resistências marxianas à maneira de Habermas e Althusser), para a reprodução da moralidade dominante e alienante (psicanálise e nietszcheanismo de

Foucault), ou para a ilustração jornalística *tout court* à imagem de Lipovetsky.

Tomar como objecto de estudo a praxe académica e as relações de poder e moral que nela acontecem, ajuda a demonstrar a insuficiência de qualquer exclusivismo teórico ou metodológico.

O que hoje se reivindica é uma interdependência entre “actor” e “sistema”, entre valores e factos, entre subjectividade e realidade objectiva, entre condutas e estruturas, e que ponha a tónica nas práticas intersubjectivas dos actores, nas suas racionalidades e lógicas de acção, nas expressões e nas motivações, na experiência, que importa observar e reflectir, inteligibilizando “sistemas de acção” que decorrem de dinâmicas sociais específicas, em relação com contextos históricos, institucionais, políticos, económicos, culturais, envolventes.

Uma sociologia da acção ou da experiência, deve combinar em tensão vivificante as estruturas organizacionais e normativas da praxe (órgãos, códigos e outros documentos configuradores, tipos de rituais e cerimónias, símbolos “oficiais”) e os seus efeitos estruturais e estruturadores (socialização, dominação, moralização, integração, exclusão, doutrinação, etc). Mas o que não é sustentável é uma amputação da subjectividade psicológica e comportamental e dos jogos de influência e de moralidade intersubjectivos, fundamentais para compreender o fenómeno da praxe académica, por conformidade a qualquer formatação estruturalista.

É preciso, como propõe A. Touraine, combinar Marx e Weber; o mesmo é dizer, a

vida social baseada em relações de dominação, e o comportamento do actor orientado por valores.

Nem determinismo nem voluntarismo, portanto. A posição do actor no sistema não é totalmente determinado pelas estruturas sociais, económicas e culturais, pois o indivíduo colabora e participa na produção da sua situação e das suas circunstâncias, apesar de muitas vezes se adaptar e ajustar de forma conformada e conformista às concepções ideológicas, valores ético-morais, padrões culturais, dominantes.

Do mesmo modo, na praxe académica, se é verdade que a vida praxística herda resultados da socialização e aculturação dos actores, e rege-se segundo regras e estruturas organizacionais de inquestionável importância na determinação das práticas e interacções dos actores envolvidos nas manifestações e rituais praxísticos, não é menos verdade que existe uma “margem de manobra” e alternativas comportamentais ao alcance dos estudantes: praxistas, não-praxistas e caloiros.

Por isso mesmo, o micros social, as práticas e interacções concretas vividas, expressas, manifestadas no âmbito da praxe académica, e a configuração institucional e orgânica da praxe, dada em códigos, rituais e cerimónias específicas, sustenta-se no quadro macrosocial da socialização escolar, das relações de dominação político-cultural, dos valores morais dominantes entre os jovens, da sua formação e cultura cívicas, dos projectos de vida, das habituações comportamentais socialmente aprovadas.

Esta interdependência não implica dar

atenção proporcional às realidades estruturais que possibilitam, produzem ou enforçam as relações de poder e moral na praxe académica e às interações concretas que se jogam no contexto delimitado da vida estudantil e das tradições rituais e praxísticas da Universidade de Évora. Com efeito, o enfoque recaiu sobre a *estrutura* da experiência interaccional e intersubjectiva dos actores, posta à prova no cumprimento dos rituais, na execução das mobilizações praxísticas, na interpelação de recursos simbólicos, na identificação das motivações em disputa, na regulação normativa desse *modus vivendi*.

Esta preferência pela experiência e acção dos actores encosta-se a uma espécie de sociologia das aparições interaccionistas e está nos antípodas de qualquer metafísica substancialista do sujeito, como antecedência estrutural e como resto unificado e unificador, doador de sentido às adaptações do eu-actor. Dá visibilidade às encenações estratégicas dos actores (mesmo quando isso implica interiorização dos papéis como trunfo de credibilidade), aos exercícios de exercício de poder e moralidade como reconhecimento de status ou como aspiração a status, com o efeito colateral da legitimação, da doutrinação, da moralização, e da reactualização ritual e simbólica.

3. O QUE É A PRAXE?

Se nos servirmos da codificação praxística eborense, nada ficamos a saber sobre o que é a praxe ou como ela se define. Os su-

cessivos CEGARREGAS (código da praxe eborense) são omissos quanto à definição de praxe, e, pasme-se, só em 1992 é que a nova versão do CEGARREGA adianta, no seu artigo 20º que “A praxe tem como finalidade integrar o Bicho no meio académico. A presença do bicho é uma condição necessária e suficiente para a prossecução de uma praxe desmesurada, não sendo exigido motivo algum para a realização deste evento. A praxe será executada, de preferência em qualquer sítio” (s/a 1992: 12). Nada se diz, portanto, sobre o que significa praxe, apenas se refere a sua finalidade geral.

Parece, pois, que o código eborense regulamenta uma coisa que não se sabe o que é. Isto é revelador da gatinhante e impreparada tentação normativista dos praxistas da Universidade de Évora, alheados das coisas da codificação jurídica e apenas apostados em produzir um código da praxe que restabelecesse alguma dignidade à praxe avulsa e heterodoxa que caracterizava a prática praxística de Évora. O resultado foi desastroso em matéria de rigor normativo, e ostenta até a incipiência teórica ou doutrinária dos “legisladores”, incapazes de identificar a natureza, o sentido e a definição da praxe, mesmo que numa versão circunscrita ao imaginário praxístico eborense.

Esta omissão ou lacuna normativa traz uma outra complicação, que é a de possibilitar abusivas distensões exegéticas, estendendo-se o conceito praxe a domínios, práticas e intenções que se afastam visivelmente do que é comum e tradicional entender-se sobre o tema; daí toda a conveniência em “precisar o termo, pois, não raro, se passeia mui-

to elasticamente pelo universo “praxístico”, tornando-se difícil descobrir o que não é da Praxe. Na verdade, a sua dissolução é tal, e tão devastadora, que a obrigou a uma maleabilidade abrangente, apropriando-se dos sentimentos e atitudes mais comuns de vivência estudantil. Refira-se, por exemplo, o chamado “espírito académico”, que eu não sei nem ninguém pode saber o que é, mas que constitui um confortável *bordão* da Praxe para legitimar os seus critérios e valorações. O *alastramento* indevido do que significa Praxe exige uma localização da sua incidência convencional, tal como foi estabelecida pelo Código da Praxe” (Revez 1991: 52).

Com efeito, deveria ser o código da praxe, no caso de Évora, o CEGARREGA, a definir a matéria que codifica, mais que não seja porque assim se excluiria o que o código não visa regulamentar.

Se recorrermos ao dicionário de língua portuguesa, da Porto Editora, encontramos a seguinte definição de praxe: “aquilo que se pratica habitualmente; uso estabelecido; sistema; regra; etiqueta; pragmática; praxe académica: costumes especiais e convenções usadas pelos estudantes da Universidade de Coimbra”.

Observando estes limites, a praxe académica da Universidade de Évora dificilmente será praxe e não será praxe académica com certeza.

Se a praxe é aquilo que se pratica habitualmente, então também pertence à praxe aquilo que não pertence à praxe; ou seja, o convívio indiferenciado e sem hierarquias estipuladoras de deveres e obrigações, a integração informal, a confraternização sem

qualificações enxovalhantes, a inexistência de rituais com mobilizações físicas, pinturas, desfiles, interrogatórios, exigências e ordens unilaterais, etc, praticam-se com extraordinária frequência e assiduidade, e que, por isso, também merecem a qualificação de habitual, e como tal, pertencendo à praxe ou a ela dizendo respeito (desenvolvo este argumento no capítulo sobre a praxe coimbrã).

Bom, se por praxe entendermos “uso estabelecido”, e se por estabelecimento do uso entendermos apenas a sua fixação “jurídico-doutrinária” em “normatividade positiva” (*vulgo* código), então temos praxe na Universidade de Évora. Mas se o uso também pode ser estabelecido pela vigência consuetudinária, (e sem favor se reconhecerá que o tratamento “não praxista” entre colegas sempre existiu e existirá) sem aprisionamentos ou traduções normativas, então também temos praxe na Universidade de Évora, exactamente antagónica à “outra” praxe, chamada assim, e regulamentada na CEGARREGA.

Mas e a praxe académica, que é o que nos interessa verdadeiramente, encontrá-la-emos na Universidade de Évora, de acordo com o nosso dicionário?

É mais que evidente que não, pois só tem a dignidade de praxe académica a praxe académica de Coimbra. Talvez seja por isso que as praxes (não académicas) das diversas Universidades públicas e privadas, recorram a ela tão insistentemente e copiem tão despidoradamente o seu conteúdo; para logo se afirmarem como expressão inequívoca das tradições genuínas dos sítios que mal acabaram de nascer.

A praxe relaciona-se fundamentalmente

com tradições académicas; ora “em termos sociológicos, as tradições definem-se pelos costumes que distinguem determinada comunidade e que resultam de uma longa vivência, do gosto por aquilo que se herda dos antepassados e se transmite de geração em geração” (*Forum Estudante* 1996: 4).

A praxe da Universidade de Évora, como as outras dezenas de praxes que nasceram como cogumelos em Universidades privadas e Institutos Politécnicos, nada herdou do passado, porque não tinha passado. Ou tinha um passado de apontamentos praxísticos avulsos, como em qualquer instituição escolar ou militar. A praxe eborense tal como é sistematizada na CEGARREGA, é uma construção recente, esforçadamente dissonante do código coimbrão e das cerimónias coimbrãs, mas que no fundamental repete e reproduz, com outros nomes, a organicidade, os rituais, a simbólica, os objectivos, da praxe académica de Coimbra.

Os costumes académicos conheceram evolução e por isso o que era costume deixou de o ser: continuou o costume de praxar, e não o costume de praxar de determinado modo. As “investidas” foi o termo utilizado no sec. XVIII para designar os costumes académicos e que incluíam a tourada, a picaria, os insultos, a patente, e as troças.

Nem podemos rigorosamente afirmar que o costume da “praxe” (tal como hoje é comumente entendida e vivida) acompanha desde sempre os costumes tradicionais de relacionamento entre os estudantes, pois o termo “praxe” só surge em 1863 e depois em 1872, curiosamente associado ao adjectivo selvático (ver capítulo sobre a praxe e poder).

Quando surge então a *praxe*? “Quando estudantes e mestres, olhando para o passado evocam tradições e procuram manter os usos e costumes que outras gerações praticaram, estão criadas as condições para que do costume, qualquer que ele seja, se faça praxe” (Prata 1993: 169). Ou, segundo Eduarda Cruzeiro, quando se forma no seio dos estudantes “uma posição ideológica prática de conservação dos valores e costumes tradicionais da instituição académica” (Prata 1993: 169).

Portanto, antes de “praxe” temos “troça”, “caçoada”, “investida”, etc. Estes termos significam práticas rituais concretas entre “caloiros” e “doutores”, enquanto que o termo praxe ganha um sentido mais lato e abrangente, reunindo todas as práticas e rituais ministrados pelos estudantes universitários aos novatos.

Julgo, contudo, forçado que “qualquer costume”, independentemente da sua natureza, resulte em praxe; tanto mais que há modos de evocar e exaltar o passado e de repetir usos, que não passam necessariamente pelos rituais e cerimoniais tipicamente praxísticos. Ora, o que é tipicamente praxístico parece-me ser um conjunto de práticas (comportamentos) e concepções (discurso e ideologias legitimatórias) e rituais de integração, de agregação e de passagem (ver capítulo sobre a praxe e rituais) para um novo momento existencial e situação estatutária, de acordo com um sistema organizacional, normativo e hierárquico específico.

Um elemento que certamente colabora para clarificar o sentido e âmbito da praxe

académica é a sua regulamentação oficial (o código da praxe).

A praxe constituiu-se pelo menos desde 1765, data de edição do “Palito Métrico”, em direito *positivo*, fixando os costumes e tradições típicas entre os estudantes. Os códigos da praxe que se seguiram procuraram igualmente institucionalizar práticas, por vezes avulsas, que eram tradicionalmente aceites e vividas pelos universitários. O estatuto de lei positiva que a praxe ganhou nas codificações actuais, demonstra o seu carácter normativo, ou seja, transformou práticas vivenciais reguladas pelo costume em conjuntos de normas, direitos, deveres e obrigações, com penalizações, tribunais, julgamentos, recompensas. Também é verdade que os códigos não fizeram mais, em certos casos, do que sistematizar no papel o direito *consuetudinário* que vigorava em praxes de longínquas tradições.

Porém, em Universidades recentes, a praxe e os seus organizadores recorreram ao código como força impositiva, como instrumento *legal* para impôr regras e condutas, mais do que uma mera formalização de tradições que, na verdade, não existiam, e foram, ou importadas, ou produzidas *ex novum*. O código da praxe, nestes casos, não consagrou ou reconheceu tradições académicas *a posteriori*, mas instituiu *a priori* regras que não pertenciam ao património praxístico da Universidade, porque simplesmente esse património não existia. De facto, com o aparecimento de uma Universidade, pública ou privada, surge concomitantemente uma qualquer comissão de estudantes que se lembra da obrigatoriedade de existir uma praxe igual

às outras que todas as Universidades têm. Para isso é necessário mudar a terminologia para não ser exactamente igual e produzir um código da praxe, de preferência com uma denominação bizarra, que reuna disposições também suficientemente excêntricas. E temos tradições académicas, e os praxistas já têm mais um pretexto para a existência da praxe: *fazer cumprir e respeitar a tradição*.

Para além de outros acessórios assuntos, e no que às relações de moral e poder diz respeito, “Os Códigos da Praxe impõem um conjunto muito rígido de direitos e deveres. Há normas de vestir, hierarquias, tribunais, e tradições, muitas tradições. Cada código descreve, com maior ou menor pormenor, como deve ser executada a praxe da casa. (...) Com várias semelhanças mas também com algumas especificidades, todos abordam, por norma três capítulos: a hierarquia dos estudantes, a semana de recepção ao caloiro e as normas de uso e significado do traje académico” (*Forum Estudante* 1996: 11).

Com efeito, o escalonamento hierárquico de estatutos, graus, títulos, está presente em todas as codificações praxísticas. A cada nível hierárquico corresponde um conjunto de direitos e deveres, que cresce em direitos e emagrece em deveres e obrigações à medida que se sobe na escala. A progressão na hierarquia é estabelecida quase sempre em função de critérios de antiguidade e não de mérito académico ou competência pessoal ou capacidade relacional.

Os códigos protegem as arbitrariedades, ambiguidades e dualidades de critério nas práticas e rituais praxísticos; procuram, pois, padronizar, regulamentar, disciplinar, norma-

lizar, sistematizar, ordenar, *jurisdicionar* toda a realidade praxística, desde a matéria *administrativa-ideológica* propriamente dita; a hierarquia, os graus ou títulos, o tribunal de praxe, a natureza e limites das praxes, a composição e função das trupes, até às solenidades académicas, rituais diversos, festividades, traje, grito académico, etc.

4. AS PRAXES: OBSERVAÇÃO INTENSIVA

A observação intensiva que realizei das praxes e cerimónias praxísticas da Universidade de Évora ocorreu de forma mais sistematizada e organizada de Outubro de 1995 a Junho de 1996. Essa observação foi registada num “diário de campo” escrito e gravado em cassetes audio. Este capítulo dá conta dos vários factos e situações relacionadas com a praxe, observadas naquele período de tempo. O registo compreendeu não apenas a recolha de informações e dados factuais, como a concomitante apreciação opinativa e reflexiva sobre os mesmos, numa assunção de subjectividade orientada e adestrada pelo enquadramento teórico produzido e suportes bibliográficos consultados para este trabalho.

É de referir ainda que muitos dos factos praxísticos incorporados nos vários capítulos do presente trabalho e que se relacionam directa ou indirectamente com as relações de moral e poder na praxe académica, foram também observados na Universidade Moderna (Beja), na Universidade Lusíada (Lisboa) entre os anos lectivos de 1995/96

e 1998/99, e na Universidade de Coimbra (entre 1987 e 1994). Essa informação, mais ou menos avulsa mas nem por isso menos importante para complementar, subsidiar e “objectivar” a leitura e a análise que produzi, não foi organizada de acordo com nenhum “diário de campo”, pois compreendeu um intervalo temporal e uma dispersão observacional incompatíveis com a atenção, enfoque e persistência próprias da observação intensiva que realizei na Universidade de Évora entre 1995 e 1997.

O resultado da observação efectuada seguiu a forma original do registo em “diário de campo”, pontuado muito excepcionalmente com algumas reflexões que o afastamento ou distanciamento presencial tornam mais desapaixonadas e mais incisivas. De qualquer forma, foi intenção devolver a espontaneidade e dinamismo próprios da observação *in loco*, acompanhados de comentários, anotações e conclusões cuja pertinência e valor sujeito a discussão.

Foram sujeitos a observação intensiva os seguintes eventos e rituais praxísticos: As praxes (praxes ocasionais, reuniões de notáveis, praxes de curso, jantares de curso); Processo de escolha dos padrinhos e afilhados; Missa da benção das pastas; Queima das fitas e o banho dos finalistas; Cortejo académico.

5. AS PRAXES: OBSERVAÇÃO DOCUMENTAL

A análise documental visou fundamentalmente, pelo recurso aos documentos “oficiais” produzidos pelas autoridades

praxísticas competentes e outros documentos escritos opinativos ou jornalísticos da autoria de estudantes eborenses, identificar os elementos que possam desvelar ou sinalizar a presença das relações de poder e de moral na praxe académica da Universidade de Évora; nomeadamente: a consagração em “direito positivo” da estrutura hierárquica da praxe; a relação de direitos e deveres dos vários graus académicos; a condição moral e “jurídica” dos “bichos” e “caloiros”; a natureza das praxes e dos rituais e as orientações morais deles decorrentes; a opinião de estudantes eborenses sobre o carácter violento e moralista da praxe.

Foram analisados os seguintes documentos: C.E.G.A.R.R.E.G.A.; Praxes académicas 88/89; Manual do desenrasca 94; Guia do bicho 95; Queima das fitas 96 - missa solene da benção das pastas (guião); Coluna maldita (nº 7, Set/95)

6. A PRAXE COIMBRÃ

“Mãe” de todas as praxes, inspiradora de todas as praxes, referência de todas as praxes, a praxe coimbrã é a mais antiga, a mais formal, a mais regulamentada, a que maiores polémicas suscitou e aquela onde se pode identificar com inequívoca nitidez, aspectos como a violência física e simbólica, o formalismo, a moralidade, a codificação, o estatuto do caloiro, a perenidade hierárquica, a sensibilidade anti-praxista, etc. Daí a importância e necessidade de trazer-la a este trabalho.

Há mesmo quem considere ser a praxe coimbrã a única praxe académica existente, ou a única que existe com dignidade histórica e *humanista*: “A definição de Praxe Académica pelo “Dicionário de Língua Portuguesa” da Porto Editora é: “Costumes especiais e convenções usados pelos estudantes da Universidade de Coimbra”.

Aqui se essencializa o conceito de Praxe Académica, a única com raízes, a única com séculos de existência e reconhecimento, a Praxe Académica de Coimbra. Esta é a única que pode ser considerada como parte integrante da história e património de uma cidade. As outras são “pseudo-praxes”, não passando de aberrações, de atentados à integridade física das pessoas, sem qualquer fundamento histórico ou razão de existência. (...) Em conclusão, Praxe Académica só em Coimbra, todas as outras são brincadeiras de mau gosto ou limitam-se ao uso de fato académico para actuações das suas tunas” (Pereira: URL:student.dei.uc.pt/~ppereira/praxe.html).

Sobretudo durante este século que agora expira, a literatura da e sobre a praxe abundou, desde as pequenas “brochuras” pessoais e existenciais, às brincadeiras ensaísticas em “edição de autor”, ao articulismo jornalístico, às monografias descritivas, aos relatos officiosos de costumes e cerimónias.

Foram convocados a testemunhar neste capítulo alguns dos autores que sentiram e reflectiram a praxe coimbrã, mas desde já se adverte que não foi propósito uma análise exaustiva de uma diferente realidade praxística; pretende-se tão-somente pontuar em apressados parêntesis um rico e complexo texto de memórias e vivências.

7. PRAXE E PODER

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem não à regionalização! práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efectua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em lugar privilegiado ou exclusivo, mas dissemina-se por toda a estrutura social. Não é um objecto, uma coisa, mas uma relação.(...) Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar.

Foucault

Ao estudar as interacções na praxe, analisei, entre outras, um tipo específico de interacções, as relações de poder. Relações que aprovam uma estrutural ou conjuntural desigualdade entre os actores: “O campo de uma interacção é definido por uma intervenção da sociedade sobre si mesma e, por conseguinte, toda a relação coloca actores desiguais em relação: é que toda a relação liga, directa ou indirectamente, um actor associado à direcção desta intervenção, a um actor que sofre os efeitos da mesma” (Touraine 1996: 78).

Ora, uma modalidade do poder é o micropoder, ou micro-relações de poder, que existe no seio de uma micro-sociedade como a sociedade académica e que se exerce e estrutura através da praxe académica.

É verdade que habitualmente o poder por

excelência se identifica com o poder político, e que este paradigma do poder emana de um pensamento ocidentalizado. Manuel Villaverde Cabral é um dos autores que reconhece que o debate actual sobre o poder está “paradigmatizado”: “De facto, há hoje um paradigma para cada uma das noções: a ciência seria o paradigma do saber e a política o paradigma do poder” (Aguiar *et al.* 1998: 23).

De qualquer modo, não é menos provável que o universo praxístico recolha muitas ressonâncias da natureza e estrutura essencial do poder político que rege a sociedade onde as Universidades se inserem. Do ponto de vista dos códigos da praxe e das orientações morais neles contidas é bastante perceptível as alterações que os códigos sofreram de acordo com as transformações políticas operadas na sociedade portuguesa. O código coimbrão de 1957 espelha em múltiplos sentidos e vertentes a atmosfera moral e política do Estado Novo, pesada de sentimentos de ordem, autoridade, disciplina e obediência, tal como o formalismo, o respeito pelas hierarquias e pela tradição, o mérito da antiguidade, a desconfiança em relação à novidade e à inconsciente “democraticite”. O processo de iniciação dos caloiros na sociedade académica coimbrã, configurava nesse tempo, e ainda hoje, em certa medida, um sistema de poder, com a sua estrutura hierárquica e estratificada: “A Iniciação consignava um novo estádio, dentro do mesmo estilo; daí a condição do caloiro resultar da sua repartição na Sociedade Tradicional nos termos do seguinte sistema de oposições:

Igualdade/Desigualdade

Autoridade/Subordinação
Hierarquia/Integração

A Iniciação incluía, pois, um plano social onde os ajustamentos eram uma constante até atingirem a moldura tradicional. As relações entre si resultavam, portanto, numa complexa proposta, nos termos do seguinte esquema:

- Constituírem uma unidade por agrupar as relações da classe “adulta”;
- Identificarem-se com a estratificação hierárquica tornada coacta pelos critérios praxísticos;
- Procederem a arranjos organizativos de classe.

Em suma, os mecanismos da Iniciação em Coimbra tendiam para coincidir com o sistema de classe linear tendo em comum o processo instituído com base no tempo e não nos sucessos” (Lopes 1982: 81).

Ora a praxe dos anos revolucionários, tal como a praxe dos anos oitenta e noventa, modificou-se ou surgiu de novo, em muitos casos, sobretudo nas Universidades privadas, de acordo com o novo ambiente democrático, e a tolerância, pluralismo, flexibilidade e a imersão de novos valores e concepções morais e políticas próprias do dinamismo e renovação acelerada da vida democrática.

Por isso mesmo, conhecer a natureza do poder político no quadro da democracia actual, ajuda a compreender e analisar melhor a natureza das relações de poder que se vivem no âmbito da praxe académica.

De acordo com este pressuposto, cabia apurar se o poder político *pós-moderno* é fundamentalmente condigno, compensatório, ou condicionado? E que associações

principais se estabelecem? E se o poder político *pós-moderno* tem a sua fonte privilegiada na personalidade, na propriedade ou na organização? E quais as combinações possíveis? As conclusões conseguidas foram transpostas para o universo da praxe académica, e aí discutidas.

8. PRAXE E MORAL

Não há fenómenos morais, mas apenas uma interpretação moral de fenómenos
Nietzsche

Também as relações de moralidade estruturam os comportamentos e as atitudes que decorrem da vida praxística. Da observação documental à observação empírica, passando pelos testemunhos pessoais auscultados e pelas respostas dadas nas entrevistas feitas a alguns alunos, erguem-se diversas representações e codificações morais. Tratei primeiramente dos conceitos fundamentais, e fiz de seguida uma excursão pelas várias teorizações do problema, tendo como referência o levantamento documental e empírico efectuado.

A praxe desde sempre transpirou opções e valores morais, pois como é uma organização formal e institucionalizada que orienta comportamentos e promove atitudes, produz uma ideologia, exerce um poder e veicula uma moral. Não é obviamente uma ideologia e uma moral de cartilha, apesar de coleccionar em diversos documentos *oficiais* múltiplos preceitos morais.

É também no contexto das interacções entre dutores e caloiros que as relações de

poder e de moral se evidenciam. Ou seja, é no espaço de exercício de vontades e acções que a moral que rege os praxistas ganha objectividade empírica. O autoritarismo, o paternalismo, o conservadorismo, o respeito pela ordem e pela hierarquia, a assunção de superioridade, a troça e a zombaria, o gosto pela humilhação, os exercícios inquisitoriais, o ensinamento da disciplina, o formalismo da pose, do traje e da linguagem, os mecanismos vigilantes e fiscalizadores (trupes) e julgadores e penalizadores (tribunais de praxe), o belicismo (instrumentos de praxe), o adestramento e doutrinação dos caloiros, etc, são provas vivas de uma presença moral fortíssima, mais ou menos coerente na sua natureza e objectivos, e instrumentalmente acompanhada por códigos, rituais, estruturas organizativas.

Não sendo os portugueses um povo voluntariamente participativo (“A maioria dos portugueses (64%) não pertence a nenhuma organização voluntária. Os que pertencem distribuem-se principalmente por associações desportivas e recreativas, religiosas e culturais. Seguem-se as associações de tipo profissional e político e, com muito menos adesões, as associações correspondentes a novos movimentos sociais (ecológicas, pacifistas, feministas...)”). (...) “Por outro lado, este *problema* da população portuguesa não consistirá tanto numa falta de participação política (a única semelhante à europeia) e não à regionalização! numa falta de participação *tout court*: seríamos, assim, um povo pouco associativo e pouco participativo.” França 1993: 71), surge aparentemente como contraditória a massiva adesão dos estudantes à pra-

xe e a extraordinária participação no *processus* organizativo da praxe, nos rituais, cerimónias, celebrações, festejos, etc. É aqui que o sentido moral da praxe subsidia a compreensão deste fenómeno, pois “Contudo, os valores associados ao tradicionalismo são muito fortes na sociedade portuguesa e mais fortes do que nos restantes países europeus: por exemplo, o respeito pela autoridade é valorizado por 73% dos portugueses, contra apenas 54% dos inquiridos nos restantes países” (França 1993: 257). A praxe é, sobretudo, tradição e respeito pela autoridade. Respeito pela autoridade que também explica uma participação na praxe mais imposta e inconsciente do que voluntária e reflectida.

Outro estudo muito mais recente (*Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, 1998), a partir de um inquérito por questionário baseado numa amostra representativa (2 012 indivíduos) do universo de estudo constituído pela população portuguesa com mais de quinze anos, permite conclusões interessantes, entre as quais a identificação de tendências geracionais (*a Geração da Grande Guerra e a Geração do 25 de Abril*) que perfilham valores diferentes: “enquanto as gerações mais velhas se encontram orientadas por valores que radicam num ideário de *colectivismo societal*, as jovens gerações (mais instruídas) abraçam valores mais flutuantes que assentam num *individualismo societal*.” (Pais (coordenação) 1998: 51). Por isso mesmo, a praxe, enquanto causa colectiva associada a valores tradicionais, é contraditória com a sensibilidade valoradora dos jovens, orientada para iniciativas individuais, aspirações individu-

ais. Talvez esteja aqui a explicação para a progressiva hedonização da praxe, para a inscrição do fenómeno consumista e mercantilista no seio da praxe, e para as transgressões carnavalescas a um imaginário que primava pelo formalismo, normatividade e austeridade.

Em suma, “Entre as gerações mais jovens predomina uma ética de vida caracterizada pela tolerância e permissividade moral, pelo hedonismo, pela adesão ao consumo, pela experimentação e aventura, a até mesmo pela transgressão.” (Pais (coordenação) 1998: 143). E incluímos aqui os estudantes, pois “em termos sociográficos, estas classes caracterizam-se por uma idade mais jovem, níveis de instrução mais elevados e residência em meios urbanos. Predominam também os estudantes e os indivíduos exercendo uma profissão.” (Pais (coordenação) 1998: 144).

A praxe constitui um mecanismo de aculturação integradora, uma pedagogia da pertença, uma preparação para a mentalidade corporativa, a inculcação de uma lógica identitária: “A praxe não é só tempo de submissão e dependência. Ela aparece e identifica-se também como uma grande força integradora do “caloiro” na sociedade académica. Neste sentido, a praxe é um acto de aprendizagem, um processo de aculturação, a que não falta, por vezes, uma certa dimensão pedagógica” (Prata 1993: 175). A praxe realiza assim uma função moral e ideológica inestimável, legitimando e promovendo uma determinada forma de integração, haverá outras, um concreto recurso de aprendizagem, haverá outros, uma certa

estratégica pedagógica, haverá outras. Resultando, então, um específico rumo aculturador, que não é moralmente neutro. Ainda sobre a eventual “dimensão pedagógica” da praxe, é de referir a este propósito o carácter moralmente retrógrado desse ensinamento, feito à boa maneira antiga de ponteiradas e palmatoadas físicas e palavrosas, muitas das vezes de forma gratuita e indiscriminada.

As observações efectuadas anotam uma frágil avaliação crítica da valoração moral dos desempenhos praxistas, quer por parte dos praxistas, quer por parte dos caloiros. A fidelidade às regras instituídas e a quase inexistente resistência aos abusos e adulterações de mobilizações e rituais, demonstra quão afastada está a moral praxista colectiva de uma apropriação consciente e informada dos conteúdos morais em jogo, assim como de juízo pessoal moral mediatizador.

Não nos esqueçamos que a maioria dos caloiros se encontra ainda na adolescência ou a despedir-se confusamente dela, e, como tal, o voluntarismo e autonomia próprios do acto e compreensão morais ainda não estão conseguidos: “Na adolescência aparece a consciência do eu, mas a maturidade necessária à realização dum verdadeiro acto voluntário não foi ainda atingida; os dados, de facto, e a experiência faltam, está-se ainda longe de julgar sensatamente verdadeiros valores, porque muitos aspectos da vida se apresentam deformados e fantásticos” (Origlia e Ouillon 1968: 210). E se é assim para os caloiros, não será muito diferente para os praxistas, a viverem ainda uma pós-adolescência: “Hoje, a adolescência antes de

acabar socialmente e de investir em escolhas estáveis de vida para o trabalho ou para o amor, atravessa um purgatório mais ou menos longo – alongado pela escolaridade moderna” (Alléon *et al.* s/d: 88).

Do mesmo modo se explica a inexpressiva resistência às *diabruras* da praxe por parte dos caloiros, e até, um paciente consentimento e simpatia com a ordem e regramento próprio da estrutura orgânica e funcional da praxe, pois é típico do adolescente aspirar ao que é “aceite por todos, em regra com a lei, não tanto por respeito a esta lei ou porque a tenham efectivamente interiorizado, mas para reduzirem com este comportamento as causas de tensão ansiosa. É por isto que se pode falar dum “moralismo nevrótico” (...)” (Origlia e Ouillon 1968: 211).

Também as conversas informais que mantive com muitos caloiros de diversas licenciaturas durante as praxes, confirmaram que na generalidade os novatos não identificam nem consciencializam a substância moral da praxe, do código e dos rituais. Reconhecem a rudeza e autoritarismo da linguagem e pose dos dôtore mas entendem que é o papel que eles tem que representar. A quase totalidade dos meus interlocutores não escolheu livremente submeter-se à praxe, e garantem ninguém os ter informado da possibilidade de recusarem a praxe sem represálias ou outros quaisquer prejuízos. De todos com quem falei quase ninguém conseguiu qualificar a moralidade implícita ou explícita na praxe, limitando-se às apreciações vagas e insignificantes do género: “é da tradição”, “sempre foi assim”, “é para integrar as pessoas”, “é para nos desinibir”, “é o espírito académico”,

“quando for à tropa fazem-me o mesmo”, “eu já fiz parecido no secundário”, “têm este ar mas no fundo são simpáticos”. Houve apenas algumas considerações desconfiadas e mais críticas, como: “Não percebo porquê tanta rivalidade”, “só se fala em sexo e em álcool”, “estou farto de me chamarem bicho”, “há ali um que quando o apanhar sozinho vai ter que engolir umas coisas”, “o texto que me leram parece dos padres”, “esta malta é toda recalçada”, “a pila só mostro à minha namorada”.

Uma gravação-video a que tive acesso sobre a praxe de curso de Sociologia, a que assisti, mostra cabalmente que a função moralizadora (tal como o exercício de poder e violência) da praxe está patente nos diversos jogos e rituais praxísticos. O enxovalho quase paranóico dos novatos, a encenada afirmação de superioridade dos “dôtore”, o tom inquisitorial e autoritário da abordagem aos caloiros, a troça constante em relação à proveniência geográfica, aspecto físico, dicção ou pronúncia dos caloiros, o obsessivo ensinamento da obediência, da passividade e do seguidismo, as ameaças empoladas a todos os que não quisessem colaborar com a praxe, a exposição do caloiro ao ridículo, as permanentes demarcações hierárquicas, são aspectos que caracterizam a moralidade da praxe *no terreno*.

Finalmente, os documentos oficiais da praxe, nomeadamente a C.E.G.A.R.R.E. G.A., o código da praxe eborense, também atestam a densidade moral da praxe, sobretudo atendendo a que o código significa a versão oficial, inequívoca, e *positiva* do espírito da praxe plasmado em lei. Neste texto é visível

o normativismo moralista, sobranceiro, arrogante, irónico e paternalista da praxe, exemplarmente desenhado em passos que merecem ser lembrados:

“1- Que se verificava um total desrespeito na preservação dos bons costumes e na observância das regras que deveriam pautar as relações entre as pessoas e alguma fauna sub-humana que circula nos corredores da Universidade;

2 - Que alguns desses bichos não recebiam, em tempo útil, a cuidada educação e sólida formação cultural que deve caracterizar um Estudante da Universidade de Évora;

(...)

“8º. Os BICHOS e os CALOIROS não têm direitos, mas têm todos os deveres que lhes forem impostos por pessoas de cultura e saber, qualquer que seja o seu grau, e, ainda, o dever de obediência ao padrinho.

Os BICHOS estão, ainda, proibidos de sair à noite ou de frequentar locais de difusão nocturna da cultura.

Deverão, sempre, dirigir-se respeitosa-mente às pessoas e esperar que lhe seja dirigida a palavra, cedendo-lhe a passagem e sem levantar os olhos” (s/a 1987: 1-5).

9. PRAXE E RITUAIS

Experimentaram-se neste capítulo algumas reflexões sobre a natureza ritualizada da praxe, o que lhe confere uma visibilidade simbólica, força mobilizadora e densidade existencial. Os rituais praxísticos desnudam muitos dos aspectos caracterizadores ou indiciadores das relações de poder e moral

na praxe académica. As solenidades praxísticas eborenses colaboram, à semelhança de muitas outras, para uma clarificação da estrutura hierarquizada da praxe, do seu sistema interno de compensações psico-afectivas, promoções estatutárias, penalizações morais, condicionamentos simbólicos, deveres e obrigações comportamentais.

Os rituais e cerimoniais praxísticos divergem de Universidade para Universidade, mas cumprem quase sempre os mesmos objectivos e funções. Servem uma intencionalidade complexa, que, muitas vezes, passa ao lado da consciência dos executantes e dos visados. Rituais de iniciação, de purificação, de passagem, de elevação de *status*, de agregação, etc, contaminam as práticas praxísticas, ora formalizando-as, ora consagrando-as culturalmente, ora revitalizando-as emocionalmente.

Assim, temos ritos de iniciação e de separação: praxes iniciais nos dias da matrícula na Universidade e na praxe de curso através do corte de cabelo, pinturas, danças, marchas, jogos, etc; existem também ritos preparatórios de agregação: beber vinho, cânticos, lemas, grito académico; ritos de admissão e agregação: baptismo dos caloiros e escolha dos padrinhos e jantar de curso; rito de separação, rito de retorno à vida activa, ou rito de purificação: banho de finalistas; rito de inversão de status: cortejo académico.

É interessar verificar como quase todos os ritos praxísticos, de diferente natureza, reabilitam rituais próprios das instituições militares, jurídicas e religiosas. Prova disso é a nomenclatura das cerimónias da semana de recepção do caloiro existentes na Univer-

sidade Lusíada: “Para lhes dar as boas vindas a Lusíada organiza o “Juramento”, o “Baptismo”, a “Procissão” e ainda uma “Sessão do Supremo Tribunal da Praxe”” (Forum Estudante 1996: 15).

10. PRAXE, ATITUDES, SENTIMENTOS E MOTIVAÇÕES

As práticas e rituais praxísticos experimentam e põem em movimento um conjunto de fenómenos comportamentais, motivacionais e sentimentais que podem ser lidos e explicados à luz transdisciplinar da sociologia da cultura, da antropologia social, e, sobretudo, da psicologia social, pois segundo Y. Castellan “A psicologia social (teria) por objecto a relação que liga um Ego (indivíduo ou grupo) a um Alter (indivíduo ou grupo), nas suas relações com um ambiente social ou não social, real ou simbólico.” (Mannoni 1987: 16).

Assim, há atitudes, sentimentos e motivações diferenciadas que importa registar e analisar, pois pertencem ao universo interacional que a praxe encerra e não se arrumam com tranquilidade nem apenas nas implicações morais, nem somente nas relações de poder.

A incidência recaiu sobre os caloiros, muitos deles ainda adolescentes ou pós-adolescentes, e, portanto, mais susceptíveis de experimentar crises de identidade, moratórias psicossociais, distúrbios de personalidade, reavaliações axiológicas, dependências referenciais, etc.

Aspectos como a relação com o grupo, a

aceitação das regras praxísticas, a inculcação de um espírito de pertença ao grupo, o empréstimo de uma identidade *marcada* que sendo menor e humilhada é também sinal de reconhecimento, doação de segurança e destaque num conjunto indiferenciado, a função conselheira do padrinho, encontram eco favorável em muitos adolescentes com uma auto-estima maltratada ou mesmo com complexos de inferioridade: “Em muitos casos, torna-se necessário aguardar a passagem a um modo de vida muito diferente, mudança de ambiente e de ocupações, para que se ressituem de outro modo e revejam a ideia que tinham de si. A aceitação que oferecem aos esforços tentados para os conduzir por esse caminho depende apenas – como demonstram os perfis obtidos em diversos questionários de personalidade – do facto de a falta de confiança em si e o sentimento de inferioridade estarem em estreita correlação com a necessidade de conselho e apoio, permeabilidade às influências, com o desejo de “segurização” que procede de outrem” (Avanzini 1980: 95).

No caso da praxe, muitas vezes o grupo da praxe mais do que reforçar a identidade de quem é praxado, assinalando-a e interpellando-a, decide mesmo da existência do caloiro, reconhecendo-a, caso o caloiro adira à praxe, ou esquecendo-a, caso o caloiro se recuse. Eis um exemplo concreto: “Razões de queixa tem Regina Siza, apontada por todos por se ter recusado a participar na praxe da faculdade. Ainda na quinta-feira passada um dos praxistas ameaçou-a: que nunca mais poderia participar em nenhuma tradição académica e que nem sequer pode-

ria contar com qualquer assistência da Associação de Estudantes. “Para nós tu não existes” disse-lhe o colega (“Público” 03/11/1996: 4). Isto é uma flagrante demonstração do exercício de poder que a praxe abençoa, excluindo a voluntariedade e a decisão livre dos novatos na escolha da atitude perante a praxe.

As dificuldades de identidade do eu e a fragilidade adaptativa dos caloiros é agravada pelo choque imposto de referências identitárias e cortes na consolidação da identidade que a praxe agrava, troçando do corpo, da linguagem, do vestuário, do visual e do estilo, aumentando a ansiedade e originando até crises de choro e de irritação, ou uma agressividade recolhida.

Muitos caloiros com quem falei acusavam o tom inquisitorial, o rebaixamento da personalidade, a troça com a proveniência geográfica, com a pronúncia ou com a dicção, e a invasão na vida íntima e pessoal, desde os namorados, à virgindade, à opção sexual, ao tamanho dos genitais, à roupa interior, etc, levados a efeito por parte dos praxistas, perante toda a turma. Tudo isto, dificulta obviamente o processo integrativo e a pacificação da identidade e da sua consciencialização não-traumática: “A resolução do processo adolescente na fase final da adolescência está impregnada de complicações que podem sobrecarregar facilmente a capacidade integrativa do indivíduo e que podem levar a manobras de adiamento (“adolescência prolongada”) ou a fracassos totais (“falência da adolescência”), ou a adaptações neuróticas (“adolescência incompleta”). O resultado não pode ser previsto enquanto o final

da adolescência não encontra nenhuma solução. A fase final da adolescência é a época em que os fracassos na adaptação tomam forma final, quando ocorre o colapso. Erikson (1956) refere-se ao período de consolidação do final da adolescência como o período de “crise de identidade”. Ele conceituou o colapso da adolescência em termos de incapacidade de desempenhar a tarefa de maturação dessa fase, o estabelecimento da “identidade do ego” (Blos 1985: 144-145).

Outros aspectos, como o conformismo perante a praxe ou certas resistências quase impulsivas aos rituais e jogos da praxe, explicam-se psicanaliticamente por uma “aceitação, ou antes uma afirmação, das instituições sociais e tradições sociais nas quais os aspectos componenciais das influências parentais são, por assim dizer, imortalizados. O aspecto negativo – isto é, a resistência contra a rejeição de certas influências parentais – aparece no repúdio e antagonismo para com certas instituições e tradições, que segue o mesmo processo de externalização de tornar impessoal o que foi antes parte de relações objectais. Conservantismo e reformismo podem receber um impulso moral e emocional dessas fontes” (Blos 1985: 159). Suporíamos aqui, pelo que pude observar, uma aceitação pacífica da autoridade parental, transposta para a obediência e submissão às ordens e obrigações praxísticas.

Confrontados com elementos costumeiros estruturantes da vida académica hiper ritualizada e com a oferta de padrões comportamentais reguladores e integradores, é *natural* que os caloiros abençoem uma ati-

tude conformista, pois “*O conformismo* - Traduz-se pela presença - ou emergência - de normas e de modelos colectivos específicos. (...) Nos grupos institucionais aqueles modelos tomam a forma de costumes aos quais os que chegam de novo devem submeter-se mais ou menos espontaneamente para se integrarem no grupo” (Maisonneuve s/d: 36).

Esta é uma característica “altruista” (no sentido que Durkheim lhe atribui) própria de comunidades e de grupos, mais ou menos fechados ou secretos, onde a consciência e orientação colectivas da conduta submetem as consciências individuais. Mas também nas sociedades modernas “se pode encontrar este fenómeno: especialmente no exército, onde a noção de “espírito militar” tende a exagerar o estado de altruísmo do eu para com a hierarquia” (Xiberras 1996: 54). Ou especialmente na Universidade e na praxe, onde as noções de “espírito de grupo” e de “espírito académico” tendem a exagerar o estado de altruísmo do eu para com a hierarquia

11. A SIMBÓLICA DA PRAXE

Não segui aqui nenhum método específico de análise, mas um cruzamento de impressões sobre o universo simbólico da praxe, que não chega a constituir uma simbólica nem puramente sociológica, ou psicológica, ou antropológica. Assumo, todavia, que toda a leitura do simbólico e das simbólicas “não constitui mais do que um discurso, um sistema de enunciados, logicamente da esfera do cognitivo que pretende atribuir sentidos às significações sócio-culturais” (Lima 1983:

32). A simbólica diz respeito, neste caso, ao estudo do conjunto dos símbolos característicos de uma realidade ou fenómeno,

Há que reconhecer, e sem querer impor leis estruturais de um qualquer sociologismo ou antropologismo, que a leitura tendencialmente sociológica dos símbolos da praxe, reduz-se quase inevitavelmente ao “simbolizante explicitado” (Durand 1995: 52), por outras palavras, ao signo, e não percorre o efeito de transcendência e de *indizibilidade* que todo o símbolo transporta. Não se pode experimentar aqui mais do que uma captura da “epiderme semiológica do símbolo”, desinscrita, contudo, de categorizações racionalistas, pois estou na consciência de que o símbolo, tal como o pensam Chevalier e Gheerbrant, “parece-se com a flecha *que voa e que não voa*, imóvel e fugitiva, evidente e inapreensível. As palavras serão indispensáveis para sugerirem o ou os sentidos dum símbolo; mas tenhamos sempre presente que elas são incapazes de exprimir todo o valor” (Chevalier e Gheerbrant 1994: 9).

Na investigação realizada, adiantei apenas um discutível esforço de fixação significativa dos símbolos, ou de apropriação utilitária das manifestações simbólicas da praxe. Que é também a “minha” interpretação, pois “a percepção do símbolo é eminentemente pessoal, não apenas no sentido em que ela varia com cada sujeito, mas no sentido em que ela provém da pessoa no seu todo” (Chevalier e Gheerbrant 1994: 10). Daí que a simbolização seja uma espécie de evocação da experiência pessoal, pois “a mente humana funciona simbolicamente quando algumas componentes da sua experiência

evocam consciência, crenças, emoções e usos, a respeito de outras componentes da sua experiência” (Whitehead 1987: 18).

O universo simbólico não tem uma funcionalidade unívoca e uma única forma de exteriorização; ou seja, os símbolos podem apresentar-se segundo “uma redundância de gestos, de relações linguísticas ou de imagens materializadas através de uma arte” (Durand 1995: 13).

Assim sendo, temos a classe dos símbolos rituais, constituída pela redundância significativa dos gestos e pela manipulação ritualizada de objectos; temos o mito e os seus derivados linguísticos e imagéticos, que repetem e suspendem relações de ideias e de imagens expressas verbalmente; e temos o campo do símbolo iconográfico, o registo pictórico, objectal e escultural.

De algum modo, encontramos na praxe símbolos que redundam nos rituais, no mito e na iconografia. Rituais que associam simbologia diversa como a desparasitação, chocalhada, capamento, banho dos finalistas, queima das fitas, etc. Construções narrativas épicas sobre a bondade praxística *in illo tempore*, temperadas de minimal-repetitivo arrazoado caricatural, e moralista. Vistasas imagens documentais da colorida bestialidade caloirá, gigantes colheres de pau, fitas, guizos, pinturas, vestes, etc.

12. PRAXE E ANTI-PRAXE

Elemento demonstrativo ou indiciador da existência de relações de poder e moral na praxe académica é a intervenção anti-

praxista, que sustenta a sua atitude na denúncia e contestação da praxe, do seu carácter violento, humilhante, discriminatório e moralista. Conhecer as motivações e razões anti-praxe, recrudescidas nos últimos anos, é aproximarmo-nos da resposta à pergunta de investigação definida para este trabalho.

Não-praxistas e anti-praxistas não são exactamente a mesma coisa, por isso, “importa, desde logo, desfazer uma indistinção, e distinguir entre a atitude, a postura, não-praxista e a anti-praxista. Enquanto a primeira reconhece a sua não filiação, a não adesão à Praxe, e vive, mais ou menos tranquilamente, as consequências da sua opção; a atitude anti-praxista, (...) para além de recusar a filiação na Praxe, defende e promove os argumentos que fundamentam essa recusa. É, portanto, uma atitude apologética e até propagandística; ou seja, obriga-se a tentar convencer os outros que a praxe é uma realidade a *combater* (a discutir) e procura explicar porquê” (Revez 1991: 52).

Como a postura não-praxista não se alicerça numa filosofia, numa doutrina, num pensamento, e corresponde fundamentalmente a um comportamento demissionário em relação à praxe, sem que disso se faça uma causa teórico-existencial a defender, falei aqui sobretudo da *reactividade* e *actividade* anti-praxista.

A praxe académica desde sempre que é contemporânea da anti-praxe; quer esta apareça na forma de manifestos e comunicados lançados por indivíduos ou grupos mais ou menos organizados de estudantes, quer circule sistematizada em publicações, quer abrace a pena literária de romancistas e poe-

tas, quer alimente polémicas panfletárias ou correio jornalístico, quer acompanhe o dia a dia de muitos estudantes indignados com os fundamentos e a prática da praxe académica, quer irrompa na voz de alguém que circunstancialmente foi vítima de uma praxe mais inadequada ou mais rigorosamente aplicada, quer adormeça no sono de muitos alunos, caloiros e não só, que pactuam com a praxe por motivos de visível ou presumida conveniência corporativa, ou por razões de garantida protecção paternalista social e afectivamente útil, mas que respiram uma insatisfação e desgosto, desabafados em clandestinas ou inebriadas ocasiões.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos que compuseram o trabalho que aqui apresento imperfeitissimamente, introduzi quase sempre apreciações ou comentários de feição conclusiva, com o objectivo de reconhecer em cada uma das dimensões estudadas no processo interactivo da praxe (mobilizações praxísticas, rituais, simbologia, motivações, comportamento e atitude anti-praxe), na sua tradução normativa (código da praxe), no seu enquadramento e fundamento históricos, a existência de relações de poder e moral e a natureza dessas relações.

Dura Praxis, Sed Praxis? Sim e Não! e não.

Sim, se por *Dura Praxis* entendermos exercício de poder que não especialmente o condigno ou punitivo que habitualmente acompanha ou é evocado pela qualificação “Dura”. Mas não menos *duros* nos efeitos e

implicações são as relações de poder e de moral que caracterizam a actual praxe eborense, mesmo que se trate de violência psicológica e simbólica em vez de física, mesmo que se trate de chantagem moral e recompensas afectivas em vez de ameaças de coerção física.

Não, por inversão de perspectiva, se esgotarmos a *Dura Praxis* nas ancestrais moléstias e ofensas físicas perpetradas por destemidos praxistas armados de tesouras, mocas, colheres de pau e punhos disponíveis. A praxe sofisticou a sua metodologia de intimidação e execução e coloriu a sua intrínseca vocação adestradora e disciplinadora com a descompressiva dimensão festiva e lúdica. Um natural enfeite, reflexo dos tempos que correm à espreita do hedonismo, ou invisível truque mistificatório, que escapa ao crivo crítico dos novatos e recém praxistas, tão alegremente curto-circuitados na dinâmica dos afectos e dos símbolos da boa disposição e famigerada (que rima tonalmente com rasca) irreverência.

Na verdade, posicionados em hemisférios antropológicos, ideológicos, morais, simbólicos, psicológicos, diferenciados, “caloiros” e “doutores” confrontam-se no quadro de uma hierarquia de estatutos, deveres, direitos e obrigações, onde uns são sujeitos de poder e moralidade e outros objectos-receptáculos do seu exercício. A uma sociedade estratificada, desigual, violenta e moralista, corresponde uma sociedade académica que mimetiza na sua orgânica e filosofia os mesmos pressupostos. A praxe é conservadora e tradicional também por isso, pois reproduz e legitima as relações de po-

der e moral que governam a sociedade em geral. O praxista, o “dôtor” é a persistência simbólica e a aprendizagem ritual, moral e ideológica do senhor, do burguês, do capitalista, do tecnocrata; assim como o novato, o “caloiro” é outro dos nomes do escravo, do povo, do proletário, do funcionário. A praxe académica, qualquer que ela seja, não inaugura nenhuma superação desta condição estrutural, nem esboça sequer traços organizacionais e comportamentais de um comunitarismo que transgredisse essa desigualdade endémica e reconhecesse em cada estudante, independentemente do “grau” trazido pela antiguidade, apenas um entre iguais, actores de um tempo e de um espaço onde talvez fizesse sentido a suspensão da “selva” implacável que os afronta lá fora, onde talvez fizesse sentido uma experiência de comunhão e tolerância, de desapropriação de uma socialização burguesa, de aventura igualitária.

A praxe exerce, portanto, um poder que ascende a domínio ou dominação, pois constitui-se enquanto sistema de regras e valores institucionalizado, dotado de regularidade e estabilidade estruturais.

Para legitimar e operacionalizar este domínio, distribuído em múltiplas relações de poder punitivo, compensatório e condicionado, é necessário um sistema moral e uma instrumentalização ritual. A praxe precisa do bordão escatológico do bem e do mal, das tarefas de sacralização e diabolização. Associa uma negatividade absoluta e maculada aos “caloiros” e atribui uma gloriosa positividade aos “dôtores”. Este maniqueísmo, fartamente ostentado nos documen-

tos praxísticos oficiais, no imaginário, discurso e rituais praxísticos tem consequências comportamentais e representacionais óbvias, pois os “caloiros” desejam ardentemente abandonar esse estatuto e condição e ambicionam ascender ao estatuto de autoridade, reconhecimento e poder, concedido ao “dôtor”. Mais, há um tempo para os novatos serem “bichos” e “caloiros”. Independentemente do que possam fazer não lhes é possível acelerar a mobilidade social ou retardar a condição, mesmo que o quisessem. Resta-lhes a possibilidade de serem “bons” caloiros, é essa a única positividade do estatuto dramático do “caloiro”. E a positividade é conseguir a máxima negatividade da condição; ou seja, o “bom” “caloiro” é o que obedece sem nunca ripostar, é o que não foge às praxes, é o que permanece em silêncio e adere a tudo o que lhe peçam ou imponham, é o que baixa a cabeça, é o que respeita o “dôtor”, é o que interioriza a CEGARREGA, é o que compra autocolantes, é o que bebe “penalties” de vinho nos jantares de curso, é o que começa a juntar dinheiro para comprar o traje académico.

A natureza das relações de poder e moral na praxe académica da Universidade de Évora repete a tendência que se vem observando em todas as praxes académicas; ou seja, um crescente abandono de práticas praxísticas que recorrem à violência física, como o dar nas unhas, cortes de cabelo, mobilizações forçadas, coacção física a obrigar o consumo de álcool, e múltiplos jogos que punham em causa a integridade física dos novatos, e uma aposta em soluções que deslocam o exercício do poder para a humi-

lhação (desde os *streak-teases* até obrigarem os novatos a andarem descalços sobre fezes de animais), o enxovalho (chamar nomes ordinários à família dos novatos), a impossibilidade de falar e exprimir opinião, as ofensas verbais e psicológicas, a ridicularização (gozar com a fealdade, o vestuário ou a pronúncia dos novatos), a chantagem e ameaça (do género: “se não colaborares serás severamente castigado!” ou “se não colaborares ninguém te fala e ninguém te liga!”), a menorização simbólica (pôr orelhas de burro, chifres, caudas, nos novatos ou inscrever-lhes desenhos e dizeres obscenos).

Do ponto de vista da moralidade praxística, a praxe eborense é, como as outras, reaccionária, conservadora, retrógrada, anti-democrática, hierárquica, paternalista, disciplinadora, tradicionalista, integracionista, cristã, culpabilizadora e castigadora, antiquada, sexista, organicista, formalista, normativa, e maniqueista.

É reaccionária, porque é contrária a qualquer des-hierarquização e nivelamento estatutário entre os estudantes; promove uma moral burguesa onde um conjunto de privilegiados detentores do poder e dos direitos, harmonizam os interesses (não assumidos como opostos ou antagónicos) de uma camada estudantil incapaz e inexperiente, cuja função e dever é obedecer e cumprir.

É conservadora e retrógrada, porque é passadista, recusa a novidade radical e a transformação estrutural; dá prioridade à conservação dos usos e costumes, enaltece a sua preservação e educa nesse sentido.

É anti-democrática, porque nega “juridicamente” à maior parte dos estudantes

(excepto “notáveis” e “veteranos”) a capacidade de modificarem e decidirem a vida praxística. É elitista e não sujeita a sufrágio comunitário as alterações ou soluções “legislativas” para a praxe. Assume a inevitabilidade de uma *anciãocracia*; ou seja, os mais velhos é que estão legitimados e autorizados a definir o conteúdo da praxe.

É hierárquica, porque estratifica as qualidades e obrigações morais dos estudantes de acordo com graus adquiridos por antiguidade; por isso, considera o tempo e a experiência como critério de superioridade moral.

É paternalista, porque institui a condição do padrinho e do afilhado, deixando àquele o dever moral de controlar, fiscalizar, orientar e proteger o incauto, indefeso, ignorante, deslumbrado, e tentado novato. O padrinho é sujeito de moralidade insuspeita, o afilhado é uma criatura amoral ou imoral que deve ser encaminhada na bondade libertadora da praxe.

É disciplinadora, porque a praxe desconfia do novato, considera-o desviante e ignóbil e como a rebeldia e a contestação são moralmente condenadas pela praxe, é necessário adestrar o “caloiro”, obrigando-o ao “recoller obrigatório” e a uma quantas praxes vigorosas para amansar os ímpetus vaidosos de quem já se julga “superior”. Para isso é imperioso incutir nos novatos os valores do respeito, da obediência e da sujeição aos “dótores” e seus laudatórios ensinamentos.

É tradicionalista, porque acredita no valor perene da tradição e da sua inquebrantável validade moral. A tradição, por mais infame e ignominiosa que seja (como foi e é o caso das “trupes” dos “julgamentos”), recolhe a benção da praxe.

É integracionista, porque deseja integrar os “caloiros” no espírito da praxe e da vida universitária. A praxe desenvolve apreciável esforço e mobiliza meios para integrar os novatos. A moral praxística promove a aceitação de todos os novatos colaborantes no seio das estruturas praxísticas.

É cristã, porque a moralidade praxística defende e inculca deveres de consciência como o de obediência à autoridade, neste caso praxística, o respeito pelos mais velhos, o cumprimento das leis, a humildade e a modéstia. Condena a ostentação, o orgulho e a vaidade que associa aos “caloiros”. Para além disso, aprova uma “moral de rebanho”, governada pelos “pastores” de capa e batina.

É culpabilizadora e castigadora, porque é de inspiração cristã; os “caloiros” vivem o *pecado original* de serem “caloiros”, são sempre culpados e pecaminosos, e como resposta a desvios, desrespeitos ou transgressões dos “caloiros”, de acordo com o código da praxe, apenas estão previstos castigos e punições.

É antiquada, porque associa a noite a perda, a desnoite e a deslumbramento; porque exige um estilo de vida aos “caloiros” segundo a máxima “trabalha-se de dia, e estuda-se e dorme-se à noite”. Para além disso, no que ao traje académico diz respeito, proíbe-se às mulheres o uso da maquilhagem, de saias muito curtas, de saltos altos, etc. O que bem demonstra a estreiteza sacerdotal e o moralismo estético que preside à praxe.

É sexista, porque discrimina pormenorizadamente um conjunto de restrições (algumas já acima referidas) ao uso da capa e batina que só são aplicáveis às mulheres,

como se estas fossem necessariamente tentadas à excentricidade e à vaidade, e os homens campeões da discrição, do *cinzentismo* e apagamento ascético.

É organicista, porque não concebe divisões nem a organização de facções no seio da praxe, que deve permanecer uma e indivisível. O badalado “espírito académico” é bem a perseguição de um espírito unânime de pertença a uma totalidade que não se desmembra nem se multiplica em soluções micro e policéfalas. Uma moral da harmonia de contrários de mão dada em missão integradora e enriquecedora, abafa alguns suspiros divisionistas.

É formalista, porque reprova a espontaneidade e dinâmica vivencial dos estudantes, traduzindo-se a praxe em rituais rígidos e regras comportamentais codificadas e formalizadas, tal como os cerimoniais e solenidades praxísticas, asfixiadas por tão capilares protocolos de execução.

É normativa, porque a praxe sistematiza, tal como já referi acima, os costumes e usos estudantis em “ordenamento jurídico”, em “direito positivo”. A CEGARREGA, à imagem dos códigos jurídicos, regula a vida praxística e acolhe em formato legislativo as orientações morais que informam a praxe.

É maniqueísta, porque localiza taxativamente a positividade axiológica e moral no “campo” dos “dôtores”, e centra toda a negatividade na condição de “bicho” e “caloiro”; ou seja, os novatos representam todo o “mal” possível, toda a menoridade e toda a insuficiência. Ao contrário, os “dôtores” são sujeitos de toda as qualidades morais e cívicas. Os novatos não têm nada

de bom, os colegas com mais matrículas não tem nada de mau. Isto explica o efeito de preenchimento “humanizador” e doutrinação moral que a praxe chama a si; ela conduz e regula uma evolução, que é a passagem pela Universidade, da besta (“caloiro”) ao homem superiormente formado, educado e instruído (“dôtor”). Também isto atesta a presunção moralizadora da praxe.

Em suma, as relações de poder e moral na praxe académica eborense, podem ser traduzidas e sintetizadas em múltiplas categorias qualificadoras, distribuídas em vários eixos temáticos, num jogo de oposições que demonstra o carácter teleológico e reduccionista da praxe, ao instalar dois modelos culturais contrapostos e dissociáveis: o “universo” dos “caloiros”, separado do “universo” dos outros colegas e para o qual aqueles tendem por obra inexorável do tempo e por subsídio civilizador, disciplinador, coactivo, integrador, formativo e moralizador da praxe.

O quadro que se segue não esgotará todas as qualificações que se podem encontrar na dinâmica ritual, regulamentar, documental e vivencial da praxe, mas recolhe as principais indicações reveladoras de exercício de

poder e de acção e representação moralista, umas interpeladas num tom metafórico e alegórico, outras sublinhadas na movimentação ritual, outras inferidas a partir de registos de conversação entre praxistas e “caloiros”, outras descobertas na imprevisibilidade desveladora das praxes desregradas ou espontâneas, outras ainda explicitadas na discursividade praxística “oficial”, ou no sossego da retórica “instrutiva”.

A praxe é instrumento civilizador, doutrínario, punitivo, moralizador, integrador, ambientador, etc, no quadro de uma estratificação social que a própria praxe institui, aproveitando o factor número de matrículas para erigir um dualismo moral e ideológico, entre “caloiros” e “doutores”. A esta diferenciação estatutária corresponde também a institucionalização de dois *modus vivendi* e estilos comportamentais opostos e postos em relação de subordinação e *paradigmatização*; ou seja, o “universo” dos “caloiros” não está apenas totalmente subordinado às regras, procedimentos e valores impostos pelos “dôtores”, mas enfrenta a unidireccionalidade do horizonte modelar que a praxe reduz a si mesma.

QUADRO SÍNTESE DAS CATEGORIAS E QUALIFICAÇÕES IMPLICADAS
NAS RELAÇÕES DE PODER E MORAL NA PRAXE ACADÉMICA
DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Categorias dos actantes -caloiros	Categorias dos actantes - dôtore
Eixo antropológico	
Animal / bicho / besta	Homem
Ovelhas / rebanho	Pastor
Plebe	Aristocracia
Afilhado	Padrinho / madrinha
Objecto	Sujeito
Servo	Senhor
Indivíduo	Grupo
Apetite / instinto	Razão
Inexperiência	Experiência
Ignorância	Conhecimento / sabedoria
Adolescência	Adultos
Eixo moral	
Silêncio	Palavra
Vícios	Virtudes
Respeitador	Respeitado
Indisciplina	Disciplina
Revolta / vaidade	Conservação / humildade
Barbárie / corrupção	Civilização / formação
Grosseria	Delicadeza
Doença	Saúde
Cabeça baixa	Cabeça descoberta e levantada
Olhos baixos	Olhar directo
Sujidade / parasitas / impureza	Higiene / pureza
Anomalia	Normalidade
Solidão / isolamento	Pertença
Ingenuidade / deslumbramento	Prudência / controlo
Vulgar	Especial

Cont.

Cont.

Categorias dos actantes -caloiros	Categorias dos actantes - dôtoreos
Eixo ideológico (poder)	
Deveres / obrigações	Direitos
Obediência	Comando
Desregramento	Regras / código
Igualdade	Desigualdade hierárquica
Nivelamento	Estratificação
Sujeição	Poder
Anarquia	Sophiocracia elitista
“Estado natural”	“Estado civil”
Objecto do poder	Sujeito de poder (exercício do comando e da punição)
Eixo simbólico	
Indiscrição no vestuário	Cuidados de descrição no traje
Corres garridas	Preto
Trajes feios e sujos (mundanos)	Traje académico
Eixo ontológico-religioso	
Profano	Sagrado
Trevas / noite	Luz / dia
Novidade	Regularidade / previsibilidade
Caos	Ordem
Matéria	Espírito
Ocasional /quotidiano	Tradicional / ritual
Corpo	Alma
Eixo cósmico	
Fragmentação / dispersão	Unidade / totalidade
Fora - mundo	Dentro - Universidade
Meta-categorias	
Antes	Depois (evolução, aprendizagem)
Menoridade / inferior	Maioridade / superior
Mal / negatividade	Bem (melhoramento moral, formação) / positividade

Para que não se confundam leituras e intencionalidades: este trabalho visou interceptar, registar, analisar e inteligibilizar as relações de poder e moral na praxe académica, e não recensar a dimensão festiva, animadora, convivial e confraternizadora da

praxe. São aspectos, objectivos e realizações da praxe cuja importância não é negada, mas que escapam aos propósitos da presente investigação. Serve também isto para assumir, sem qualquer condescendência, que a praxe académica eborense, ou qualquer outra, al-

meja metas e manifesta intenções que estão para lá do poder e da moralidade (nunca totalmente, claro está), e constitui-se como apreciável fabricadora de entretenimento, referência coadjuvadora na sensibilização de causas cívicas e humanitárias, e até promotora de animação cultural.

Mas no que às relações de poder e moral diz respeito, não há que temporizar com branduras *politicamente correctas* e concluir, com a falibilidade própria das circunscrições interpretativas, mas na companhia de factos e confirmações empíricas, que a praxe académica da Universidade de Évora é fonte e protagonista do exercício de poder nas suas várias modalidades, desde o condicionamento simbólico, até à punição e coerção físicas, e recurso moralizador estendido a múltiplas esferas da vida estudantil.

Servirá este trabalho, se é que de utilidade me é permitido ajuizar, para justificar o debate e a reflexão sobre o tema da praxe no

que ela tem de mais negativo ou problemático. Um desafio a que os agentes educativos, toda a comunidade universitária, políticos, educadores, deverão responder sem fundamentalismos e resistências afectivas, mas na preocupação fundamental de “humanizar”, corrigir, denunciar, ou apenas reflectir com rigor e conhecimento de causa as implicações que a praxe traz à vida estudantil e ao quotidiano de milhares de jovens portugueses. Se este trabalho puder contribuir para melhor autorizar ou despoletar esse debate e reflexão, e, porque não, reforçar a perspectiva crítica que deve nortear a disputa de posições, já cumpriu com satisfação o seu papel.

É que uma investigação desta natureza e com este objecto de estudo não se pode furtar à sua ressonância *sensibilizadora*. Deve antes assumi-la como uma exigência que dá, independentemente dos resultados posteriores, expressão significativa ou existencial ao trabalho de investigação.

BIBLIOGRAFIA

- ABRIC, Jean-Claude (dir.)
1994 *Pratiques Sociales et Représentations*, Paris: Presses Universitaires de France
- AGAMBEN, Giorgio
1993 *A Comunidade que vem*, Lisboa: Editorial presença
- AGUIAR, Joaquim *et al.*
1998 *Saber e Poder*, Lisboa: Livros e Leituras
- ALLÉON, Anne-Marie *et al.*
S/d *A Interminável Adolescência*, Porto: Rés
- ANDRÉ, João Maria
1987 *Renascimento e Modernidade*, Coimbra: Livraria Minerva
- ARON, Raymond
1985 *Estudos Políticos*, Brasília: Ed. Universidade de Brasília
- AVANZINI, Guy
1980 *O Tempo da Adolescência*, Lisboa: VER EDITORA
- BARATA-MOURA, José
1988 "Indivíduo e Colectivo", in *Vértice*, II Série, nº 4, Lisboa: Editorial Caminho, pp. 37-68
- BARDIN, Laurence 1991 *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70
- BAUDRILLARD, Jean
1991 *A Sociedade de Consumo*, Lisboa: Ed, 70

- BERGER, Peter; LUCKMANN Thomas
1998 *A Construção Social da Realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento*, Petrópolis:
Editora Vozes
- BIROU, Alain
1982 *Dicionário das Ciências Sociais*, Lisboa: Pub. D. Quixote
- BLOS, Peter
1985 *Adolescência – Uma Interpretação Psicanalítica*, S. Paulo: Martins Fontes
- BOUDON, Raymond
1990 *O Lugar da Desordem*, Lisboa: Gradiva
- BOURDIEU, Pierre
1989 *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel
- CAMILLERI, Carmel *et al.*
1990 *Stratégies Identitaires*, Paris: Presses Universitaires de France
- CAMPANELLA, Tomás
1990 *A Cidade do Sol*, Lisboa: Guimarães Editores
- CAMPS, Victoria
1996 *Paradoxos do Individualismo*, Lisboa: Relógio d'Água
- CARVALHO, Barbosa de
1916 *Leis Extravagantes de Coimbra ou Código das muitas partidas*, Coimbra: Livraria Cunha Editora
- CARVALHO, Gustavo Martins de
1902 *A Praxe Académica – Appello*, Coimbra: Minerva Central
- CASAL, Adolfo Yáñez
1996 *Para Uma Epistemologia do Discurso e da Prática Antropológica*, Lisboa: Edições Cosmos
- CASTRO, Armando
1989 *Conhecer o Conhecimento*, Lisboa: Caminho
- CAZENEUVE, Jean
S/d Sociologia do rito, Porto: Rés

- CENTLIVRES, Pierre; HAINARD, Jacques (dir.s)
1986 *Les Rites de Passage Aujourd'hui*, Lausanne: L'Age d'Homme
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain
1994 *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa: Teorema
- CLAES, Michel
1985 *Os Problemas da Adolescência*, Lisboa, S. Paulo: Verbo
- CLASTRES, Pierre
1979 *A Sociedade Contra o Estado (Investigações de Antropologia Política)*, Porto: Afrontamento
- COMISSÃO CALOUSTE GULBENKIAN
1996 *Para Abrir as Ciências Sociais*, Mem Martins: Pub. Europa-América
- COUTINHO, Alexandre
1990 *Como se faz um Presidente*, Lisboa: O Jornal
- CRESPI, Franco
1997 *Manual de Sociologia da Cultura*, Lisboa: Editorial Estampa
- CRUZ, Paulo
1991 "A Praxe – Cimento da Academia", in *Cadernos Politika!*, s/l: Edições Avante!, p. 54
- CRUZEIRO, Eduarda
1991 "Considerações sobre a Praxe a Vida Académica", in *Cadernos Politika!*, s/l: Edições Avante!, pp. 46-47
- DERRIDA, Jacques
S/d *Margens da Filosofia*, Porto: Rés1975 *Posições, Semiologia e Materialismo*, Lisboa: Plátano Editora
- DORFLES, Gillo
S/d *Novos Ritos, Novos Mitos*, Lisboa: Edições 70
1988 *A moda da Moda*, Lisboa: Edições 70
- DUBET, François
1996 *Sociologia da Experiência*, Lisboa: Instituto Piaget
- DURAND, Gilbert
1995 *A Imaginação Simbólica*, Lisboa: Edições 70

- DUVERGER, Maurice
1983 *Sociologia da Política*, Coimbra: Almedina
- ECO, Umberto *et al.*
1989 *Psicologia do Vestir*, 3ª edição, Lisboa: Assírio e Alvim
- ELIAS, Norbert
1994 *Teoria Simbólica*, Oeiras: Celta Editora
- ERASMO
1978 *A Civilidade Pueril*, Lisboa: Editorial Estampa
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org)
1987 *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo: Global
- FERNANDES, António Teixeira
1988 *Os Fenómenos Políticos – Sociologia do Poder*, Porto: Afrontamento
- FERRAROTTI, Franco
1972 *Sociologia del Potere*, Bari: Editori Laterza
1986 *Sociologia*, Lisboa: Teorema
- FISCHER, Gustave-Nicolas
1994 *A Dinâmica Social*, Lisboa: Planeta/ISPA
- FOUCAULT, Michel
1992 *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal
- FRANÇA, Luís de (coord)
1993 *Portugal - valores europeus - identidade cultural*, s/l: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
- GADAMER, Hans-Georg
1991 *Verdad y Metodo*, Salamanca: Ediciones Sígueme
- GAIARSA, José A.
1986 *Poder e Prazer*, São Paulo: Ágora
- GALBRAITH, John K.
s/d *Anatomia do Poder*, Lisboa: Difel
- GENNEP, Arnold Van
1978 *Os Ritos de Passagem*, Petrópolis: Editora Vozes

- GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamim
1993 *O Inquérito, Teoria e Prática*, Oeiras: Celta
- GIDDENS, Anthony
1996 *Novas Regras do Método Sociológico*, Lisboa: Gradiva
- GIL, José
1988 *Corpo, Espaço e Poder*, Lisboa: Litoral Edições
- GOFFMAN, Erving
1985 *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, 3ª edição, Petrópolis: Vozes
- HABERMAS, Jürgen
1991 *Escritos sobre Moralidad y Eticidad*, Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós / I.C.E. – U.A.B.
- HEERS, Jacques
1987 *Festas de Loucos e Carnavais*, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- HEIDER, Fritz
1970 *Psicologia das Relações Interpessoais*, S. Paulo: Ed. Universidade de S. Paulo
- HERPIN, Nicolas
1982 *A sociologia Americana (escolas, problemáticas e práticas)*, Porto: Edições Afrontamento
- HOUART, Jacques
1991 “Praxe Académica uma Tradição viva?”, in *Cadernos Politika!*, s/l: Edições Avante!.
pp. 50-51
- JAVEAU, Claude
1998 *Lições de Sociologia*, Oeiras: Celta Editora
- KAPLAN, Abraham; LASSWELL, Harold
1979 *Poder e Sociedade*, Brasília: Editora Universidade de Brasília
- KATZ, Daniel; KAHN, Robert L.
1987 *Psicologia Social das Organizações*, São Paulo: Editora Atlas S.A.
- KREMER-MARIETTI, Angèle
1990 *A Moral*, Lisboa: Edições 70
- LEYENS, Jacques-Philippe
1988 *A Psicologia Social*, Lisboa: Edições 70

LIMA, Mesquitela

1983 *Antropologia do Simbólico (ou o simbólico da Antropologia)*, Lisboa: Editorial Presença

LIPOVETSKY, Gilles

1989 *A Era da Vazio – Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*, Lisboa: Relógio D'Água

1994 *O Crepúsculo do Dever*, Lisboa: Publicações Dom Quixote

LOMBARDO, Antonio

1972 *La Struttura del Potere*, Roma: Bulzoni Editore

LOPES, António Rodrigues

1982 *A Sociedade Tradicional Académica Coimbrã: Introdução ao Estudo Etnoantropológico*,

Coimbra: Gráfica de Coimbra

LOWEN, Alexander

1984 *Prazer- Uma Abordagem Criativa da Vida*, São Paulo: Summus Editorial

LYONS, John

1980 *Semântica - I*, Porto: Editorial Presença

LYOTARD, Jean-François

1989 *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa: Gradiva

MAISONNEUVE, Jean

s/d *A Dinâmica dos Grupos*, Lisboa: Ed. Livros do Brasil

MANNONI, Pierre

1987 *A Psicologia Colectiva*, Mem Martins: Pub. Europa-América

MARC, Edmond; PICARD, Dominique

S/d *A Interação Social*, Porto: Rés

MARINA, José António

1997 *Ética para Náufragos*, Lisboa: Caminho

MARQUES, Pedroso Manuel

S/d *Relações de Poder na Empresa - A gestão na nova realidade social*, Mem Martins: Pub. Europa-América

MARTIN, Roderick

1978 *Sociologia do Poder*, Rio de Janeiro: Zahar Editores

MAUSS, Marcel

1991 *Sociologia y Antropologia*, Madrid: Tecnos

- MICHAUX, Léon
1974 *Os Jovens e a Autoridade*, Braga: Publicações Europa-América
- MONGIN, Olivier
1998 *A Violência das Imagens – Ou Como Eliminá-la?*, Lisboa: Editorial Bizâncio
- MOREIRA, Adriano
1993 *Ciência Política*, Coimbra: Almedina
- MORIN, Edgar
1998 *Sociologia, A Sociologia do Microsocial ao Macrossocial*, Mem Martins: Europa-América
- MOSCOVICI, Serge; DOISE, Willem
1991 *Dissensões e Consenso - Uma Teoria Geral das Decisões Colectivas*, Lisboa: Livros Horizonte
- NICO, José
1996 *Ser-se caloiro*, Évora: Tese de Dissertação de Mestrado
- NIETZSCHE, Frederico
1987 *Para Além de Bem e Mal*, Lisboa: Guimarães Editores
1990 *A Genealogia da Moral*, Lisboa: Guimarães Editores
- NOBRE, Carminé
1937 *Coimbra de Capa e Batina - 1937-1945*, vol. I, Lisboa: Atlântida Liv. Ed.
1945 *Coimbra de Capa e Batina - 1937-1945*, vol. II, Coimbra: s/e
- NUNES, A. Sedas
1987 *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa: Editorial Presença
- ORIGLIA, D; OUIILLON, H
1968 *A Adolescência*, Lisboa, Paris: Livraria Clássica Editora / Les Editions Sociales Françaises
- PAIS, José Machado (coord.) et al.
1998 *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT
1992 *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva
- PASCHOA, Armando
S/d Ética Militar, Lisboa: Edições Arpa

PIRES, Francisco Videira

1977 *Sociologia Política*, Porto: Lello & Irmão

POULANTZAS, Nicos

1978 *O Estado, o Poder, o Socialismo*, Lisboa: Moraes Editores

PRATA, Manuel Alberto C.

"A praxe na Academia de Coimbra - das práticas às representações" in *Revista de História das Ideias*, 15, Coimbra: IHIUC, 1993

REMY, J; RUQUO, D (eds)

1990 *Méthodes d'Analyse de Contenu et Sociologie*, Bruxelles: Fac. Univ. Sth Louis

REIS, José

1990 *Nova Filosofia*, Porto: Edições Afrontamento

REVEZ, António

1991 "A Carnavalização do "Quartel", A Praxe (?) que temos", in *Cadernos Politika!*, s/l: Edições Avante!, pp. 52-53

RICOEUR, Pauls/d *Do Texto à Acção*, Porto: Rés

s/d *O Conflito das Interpretações*, Porto: Rés

RUSSELL, Bertrand

S/d *A Minha Concepção do Mundo*, Porto: Brasilia Editora

1990 *O Poder - Uma Nova Análise Social*, Lisboa: Fragmentos

S/a

1993 *Código da Praxe Académica de Coimbra*, s/e: Coimbra

SANTOS, B. de Sousa

1989 *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto: Edições Afrontamento

1990 *Um Discurso sobre as Ciências*, 3ª edição, Porto: Edições Afrontamento

1994 *Pela Mão de Alice*, Porto: Afrontamento

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard

1978 *O Estado Espectáculo*, São Paulo: Difel

SILVA, Augusto S.; PINTO, José M. (orgs)

1986 *Metodologia das Ciências Sociais*, 7ª edição, Porto: Afrontamento

SINGER, Jerome L. (org)

1975 *O Controle da Agressão e da Violência*, São Paulo: E.P.U. / EDUSP

SOUSA, Ribeiro

1925 *As Praxes Académicas de Coimbra*, Coimbra: Oficinas Gráficas de Coimbra

STIRN, François

s/d *Violência e Poder*, Lisboa: Inquérito

TOURAINÉ, Alain

1996 *O Retorno do Actor - ensaio sobre sociologia*, Lisboa: Instituto Piaget

TURNER, Victor W.

1974 *O Processo Ritual - Estrutura e Antiestrutura*, Editora Vozes: Petrópolis Editora Vozes

ULLMANN, Reinhold Aloysio

1991 *Antropologia: O Homem e a Cultura*, Petrópolis: Vozes

VALADIER, Paul

1991 *Inevitável Moral*, Lisboa: Instituto Piaget

VERNON, M. D.

1973 *Motivação Humana*, Petrópolis: Editora Vozes

VICENT, Jean-Didier

1998 *Biologia das Paixões*, Mem Martins: Publicações Europa-América

XIBERRAS, Martine

1996 *As Teorias da Exclusão – Para uma Construção do Imaginário do Desvio*, Lisboa: Instituto Piaget

WEBER, Max

S/d *Fundamentos da Sociologia*, Porto: Rés

WHITEHEAD, Alfred North

1987 *Simbolismo, O seu Significado e Efeito*, Lisboa: Edições 70

IMPrensa / PERIÓDICOS

Cadernos Politika!, 1991

Coluna Maldita, Setembro de 1995

Diário de Notícias, 26/09/1997

Diário do Alentejo, 29/12/1995

Diário do Alentejo, 21/06/1996
Diário do Sul, 21/10/1998
Expresso, “Guia do Estudante”, 19/07/1997
Forum Estudante, “Tradições Académicas”, 1996
Grande Reportagem, Novembro de 1996
Público, 26/09/1996
Público, 03/11/1996
Público 25/11/1996

OUTRAS FONTES

C.E.G.A.R.R.E.G.A. , 1987
C.E.G.A.R.R.E.G.A. , 1992
C.E.G.A.R.R.E.G.A. , 1995
C.E.G.A.R.R.E.G.A. , 1998
Guia do bicho 1995
Guião “Benção das Pastas” 1996
Manual do Desenrasca 1994
Praxes académicas 88/89

Antípoda – Grupo de estudantes Anti-Praxe, 1997: <http://www.geocities.com/CollegePark/3174/recusa.htm>
Anti-Praxe, 1993: <http://www.geocities.com/CollegePark/3174>
António, 1996: <http://alfa.ist.utl.pt/%7Edif/dif19/19exam.htm>
Conde, 1996: <http://alfa.ist.utl.pt/%7Edif/dif19/19prx2.htm>
Contra o Sistema, 1996: <http://www.geocities.com/CollegePark/3174>
Estudantes Autónomos da Universidade Minho, 1997: <http://www.geocities.com/CollegePark/3174>
Fonseca: http://www.isa.utl.pt/campus/6_circo.htm
Martiniano: <http://www.valg.pt/estudantes/canudo/num8/praxe.html>
Oliveira, 1996: <http://alfa.ist.utl.pt/%7Edif/dif19/19prx1.htm>
Estêvão: URL: www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/jovem/292a3.htm
Vaneigem: <http://www.geocities.com/CollegePark/3174/aviso.htm>
Venger: http://www.isa.utl.pt/campus/1_praxe.htm
1997: <http://www.terravista.pt/meco/1769/praxe.htm>
<http://www.geocities.com/Athens/Forum/1244/praxe.htm>
<http://www.Uevora.pt/publicacoes/Guia/simacad.htm>
<http://geocities.com/CollegePark/3174/entrada.htm>.